



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO N°...../20...

PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE OS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Programa:	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (PROMOEEX)
Componentes:	3 – ADMINISTRAÇÃO E 4 – AVALIAÇÃO
Subcomponente:	3.2 – Administração e Coordenação do Programa
Produto:	Pesquisa de Imagem Realizada
Atividades:	<p>a) Realizar diagnóstico interno e pesquisa de conhecimento e imagem dos Tribunais de Contas perante a Sociedade, os Gestores de Recursos Públicos e os seus Parceiros-Clientes.</p> <p>b) Comparar com pesquisas realizadas quando da negociação do empréstimo para o Programa.</p> <p>c) Verificar cumprimento dos objetivos do PROMOEEX.</p>

Brasília, março 2013



SUMÁRIO

1 NÚMERO E TÍTULO DO PROJETO	3
2 ANTECEDENTES	3
2.1 ANTECEDENTES GERAIS	3
2.2 ANTECEDENTES ESPECÍFICOS	4
3 OBJETO E OBJETIVOS	4
4 DIRETRIZES METODOLÓGICAS	6
5 PRODUTOS	6
6 CONSIDERAÇÕES GERAIS	8
7 PRAZO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA DE PAGAMENTO	9
8 QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA EMPRESA	9
9 LOCAL DE TRABALHO	10
10 RESPONSÁVEL PELO PROJETO	10
ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES (LOTE 1 - AMBIENTE INTERNO)	11
ANEXO B – ESPECIFICAÇÃO (LOTE 2 – AMBIENTE EXTERNO)	17



1 NÚMERO E TÍTULO DO PROJETO

Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX).

Contrato de Empréstimo 1628/OC-BR - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

2 ANTECEDENTES

2.1 ANTECEDENTES GERAIS

Tendo em conta a promoção e a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia, diretrizes básicas do Plano Plurianual 2004-2007 da União, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), nascido sob sua égide, foi concebido visando à melhoria da eficiência do gasto e da transparência das administrações públicas.

Para atingir este objetivo, o programa enfatizava o fortalecimento do sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, a fim de dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

O desenvolvimento desse programa tem ocorrido de forma inovadora, não só pelos conceitos de modernização e pelo método de construção participativa utilizados, mas, também, pelos princípios que o orientam, entre os quais a integração das funções do ciclo da gestão pública (planejamento, execução, administração e controle) e a difusão da filosofia do compartilhamento de soluções, visando minimizar custos e evitar a fragmentação de ações.

O Promoex é composto de projetos múltiplos, executados de forma descentralizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros e sujeitos a uma coordenação e supervisão centralizadas, em nível nacional, por meio da sua Direção Nacional, vinculada à Secretaria de Gestão Pública do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A implementação do referido programa é co-financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante a Operação de Crédito nº 1628/OC-BR, celebrada pela União, contando ainda com recursos provenientes de contrapartida local, aportada pelos Tribunais de Contas participantes.



2.2 ANTECEDENTES ESPECÍFICOS

Os Tribunais de Contas do Brasil são instituições públicas que auxiliam o Poder Legislativo no Controle Externo dos Poderes e dos órgãos públicos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas (CF/88, art. 70). Tais atividades de controle concretizam-se mediante a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos referidos, cabendo precipuamente aos Tribunais de Contas a execução das funções estabelecidas no artigo 71 da Constituição Federal.

A presente pesquisa de opinião insere-se nos componentes 3 e 4 do programa (Administração e Avaliação, respectivamente), como um dos instrumentos de avaliação dos seus resultados.

As atividades financiadas pelo programa têm por finalidade fortalecer os mecanismos de transparência administrativa, de comunicação, de parceria, de intercâmbio e de integração com outros Poderes e instituições e com a sociedade, visando melhorar a eficácia e efetividade do Controle Externo. Para tanto, os projetos dos Tribunais de Contas previram investimentos no fortalecimento de relações interinstitucionais, na modernização administrativa, na melhoria dos procedimentos de controle externo, na gestão de Tecnologia da Informação e na gestão de pessoas.

3 OBJETO E OBJETIVOS

O objeto da presente seleção é a contratação de empresa(s) especializada(s) para a realização de pesquisa sobre a realidade interna e a imagem institucional dos Tribunais de Contas estaduais e municipais, considerando e aferindo os avanços alcançados com a implementação do Programa de Modernização do Sistema do Controle Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros (Promoex), realizado no período de 2006 a 2012.

Para esse fim, a pesquisa será aplicada aos atores cujo relacionamento com os Tribunais de Contas é indicado esquematicamente na FIG. 1.



FIGURA 1 - Tribunais de Contas (Estaduais e Municipais) e públicos de relacionamento

Para a realização dos trabalhos, as contratadas deverão levar em conta a linha de base estabelecida a partir das pesquisas, desenvolvidas junto ao público interno e ao público externo, que orientaram a formulação e a execução do Promoex. Em cada um dos casos, as pesquisas visarão ao alcance dos seguintes objetivos específicos:

AMBIENTE INTERNO

- a) Efetuar diagnóstico interno referente à organização e ao funcionamento dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros, a partir do levantamento de dados institucionais e da opinião dos seus membros e servidores;
- b) Avaliar a evolução dos dados e indicadores com respeito à linha de base (situação anterior à realização do Promoex); e
- c) Levantar e sistematizar sugestões de melhoria para o aprimoramento da atuação dos Tribunais de Contas.

AMBIENTE EXTERNO

- a) Levantar e quantificar os indicadores relativos ao conhecimento das atribuições e das ações dos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros pela sociedade, bem como à qualidade do seu relacionamento com o público externo e ao grau de satisfação com a sua atuação;
- b) Avaliar a evolução dos dados e indicadores com respeito à linha de base (situação anterior à realização do Promoex); e



c) Levantar e sistematizar sugestões de melhoria para o aprimoramento da atuação dos Tribunais de Contas.

Para facilitar a contratação dos serviços e a condução dos trabalhos, sugere-se a subdivisão do objeto em dois Lotes, o primeiro destinado às investigações correspondentes ao ambiente interno (Lote 1) e o segundo ao ambiente externo (Lote 2).

Em cada caso, os trabalhos serão realizados de acordo com as especificações indicadas respectivamente nos Anexos A e B.

4 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

O trabalho será realizado com a utilização de pesquisas qualitativas e quantitativas, incluindo, em cada caso, as seguintes técnicas:

- Pesquisa Qualitativa: Grupos de Discussão (*focus groups*) e Entrevistas em Profundidade;
- Pesquisa Quantitativa: *survey* de opinião.

5 PRODUTOS

Tanto para o LOTE 1 como para o LOTE 2, a(s) contratada(s) deverá(ão) entregar os seguintes produtos:

a) PRODUTO 1: Instrumentos de Coleta

Estes produtos correspondem aos questionários e roteiros de entrevistas, a serem aplicados ao público-alvo adiante definido. Como subsídio para a elaboração deste produto, serão fornecidos os relatórios e os instrumentos de coleta de dados executados na edição das pesquisas realizadas em 2002. Estes documentos deverão ser atualizados pela empresa contratada e submetidos à aprovação da Contratante. A versão final desses instrumentos poderá ser utilizada parcial ou integralmente em edições subsequentes de pesquisa.

b) PRODUTO 2: Relatório do Pré-Teste



Serão realizados dois pré-testes dos questionários quantitativos, um destinado à verificação de linguagem apropriada ao perfil em estudo e outro para treinamento da equipe que realizará a coleta de dados.

O relatório do pré-teste deverá conter as seguintes informações: descrição das principais dificuldades enfrentadas em meio a essas atividades, tanto operacionais (com os equipamentos e software) quanto com os questionários (inteligibilidade e coerência); procedimentos adotados para superação e/ou correção dos problemas detectados, quando for o caso; quantidade de entrevistas realizadas; tempo médio de aplicação dos questionários; além das eventuais modificações realizadas nos instrumentos de coleta, conforme previamente acordado com a Contratante.

c) PRODUTO 3: Bancos de Dados

As informações estatísticas e textuais obtidas e outros materiais produzidos e/ou coletados durante a realização dos trabalhos de pesquisa (mapas, relatórios, entrevistas (áudios), imagens, vídeos, etc.) deverão ser consolidados em bancos de dados a serem entregues em formato digital, gravados em CD-ROM ou DVD-ROM.

d) PRODUTO 4: Relatório dos trabalhos (versão preliminar) e apresentação dos seus resultados

Documento descritivo das ações de pesquisa realizadas, contendo o conjunto dos dados obtidos e das análises realizadas, em cumprimento aos objetivos definidos no item 3 deste Termo de Referência. Este produto incluirá também a apresentação dos resultados dos trabalhos para o CONTRATANTE e convidados.

e) PRODUTO 5: Material base e ata circunstanciada referente à apresentação dos resultados dos trabalhos.

f) PRODUTO 6: Relatório dos trabalhos (versão final)

Versão final do Relatório dos trabalhos, com a incorporação das sugestões apresentadas durante a apresentação e discussão dos seus resultados.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos referidos deverão ser fornecidos em meio magnético e também em 5 (cinco) vias impressas (com exceção do Produto 3 – Banco de Dados).

Os relatórios devem ser redigidos em português, atentando-se para o uso da linguagem culta e das normas gramaticais vigentes. Tabelas, quadros, gráficos e mapas deverão obedecer às normas de apresentação da ABNT. Eles deverão ser numerados, conter títulos completos e autoexplicativos (sempre fora da figura), bem como a indicação das suas respectivas fontes, quando houver necessidade de utilização de dados secundários.

6.2 QUESTÕES ÉTICAS

Todos os serviços deverão ser desenvolvidos de acordo com o Código internacional de Ética da ICC/ESOMAR e com a legislação referente à execução e divulgação de pesquisas de mercado e de opinião válida no território brasileiro.

A divulgação dos resultados das pesquisas, objeto deste Termo de Referência, somente poderá ser efetuada pelo contratante.

6.3 TREINAMENTO DAS EQUIPES

Todos os envolvidos na coleta de dados (pesquisadores, coordenadores de campo e supervisores, dentre outros) deverão receber treinamento específico e apropriado para o desempenho de suas respectivas funções nesta pesquisa.

O treinamento dos entrevistadores deverá incluir, além de questões relacionadas à abordagem dos entrevistados, explicações sobre todos os conceitos elencados nos questionários e roteiros utilizados, de modo a buscar a padronização dos procedimentos de coleta dos dados.

Para o treinamento dos envolvidos na coleta de dados, a empresa contratada deverá elaborar um Manual do Entrevistador, contemplando as seguintes orientações:

- a) Apresentação geral sobre a pesquisa e seus objetivos;
- b) Treinamento para aplicação do questionário e realização de entrevistas;
- c) Glossário de termos técnicos, dentre outros.



7 PRAZO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

A entrega dos produtos deverá obedecer ao cronograma indicado na Tabela 3. O prazo máximo de execução será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço (OS).

Os pagamentos estarão vinculados à entrega e à aprovação dos produtos relacionados no item 5, conforme o detalhamento indicado na TAB. 1.

TABELA 1
Prazo das entregas e percentuais de pagamento

ENTREGA	PRAZO (dias corridos desde a OS)	PERCENTUAL
A - Produto 1 (Instrumentos de coleta de dados)	20	20%
B - Produto 2 (Relatório de avaliação do pré-teste e treinamento)	40	30%
C – Produtos 3 (Bancos de Dados) e 4 (versão preliminar do Relatório dos trabalhos e apresentação de resultados)	100	30%
D – Produtos 5 (documentos da apresentação dos resultados dos trabalhos)	110	10%
E - Produto 6 (Relatório dos trabalhos – versão definitiva)	120	10%

8 QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA EMPRESA

A empresa e o responsável técnico alocado para os trabalhos devem comprovar experiência em pesquisas sociais de mesma natureza daquela prevista neste TDR, prestadas a organismos públicos ou privados.

A empresa contratada deverá ter, além do responsável técnico pelos trabalhos, uma pessoa na equipe com formação em estatística.

A equipe de coleta de dados deverá contar com um coordenador geral (responsável pela supervisão técnica dos serviços e pela qualidade de todos os dados e informações apresentadas à Contratante) com pelo menos 10 (dez) anos de experiência na atividade.

As eventuais subcontratações relacionadas com a execução dos trabalhos, definidos neste Termo de Referência, apenas poderão ser realizadas mediante aprovação expressa, por escrito, do Contratante.



9 LOCAL DE TRABALHO

Os trabalhos de campo serão desenvolvidos nas unidades federativas do Brasil, consoante as diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.

As reuniões técnicas com o contratante deverão se realizar, ordinariamente, no recinto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, extraordinariamente, em local situado em Brasília, a ser estabelecido pelo Responsável pelo Projeto.

10 RESPONSÁVEL PELO PROJETO

O responsável pelo projeto será oportunamente designado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, março de 2013



ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES (LOTE 1 - AMBIENTE INTERNO)

1 PÚBLICO-ALVO

Levando em conta as similaridades encontradas nas linhas de investigação a serem desenvolvidas, o público-alvo deste ambiente é assim constituído:

- 1.1) Diretor Geral do TC;
- 1.2) Membros – a) Conselheiros; b) Auditores (Substitutos dos Conselheiros) e c) Procuradores do Ministério Público de Contas;
- 1.3) Demais servidores.

2 AÇÕES DE PESQUISA

2.1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Pesquisa quantitativa do tipo Censo (todas as unidades serão pesquisadas) com a utilização de questionário estruturado, autoaplicado, cujo preenchimento ficará sob a responsabilidade do Diretor Geral de cada um dos Tribunais de Contas (considerar 33 Tribunais - 26 TCEs, 1 TC do Distrito Federal e 6 TCMs) – Total 33 questionários com tribunais.

O questionário a ser utilizado terá como base o instrumento de coleta elaborado para a pesquisa realizada em 2002, que deverá ser atualizado.

Os dados coletados deverão ser organizados e submetidos a tratamentos estatísticos, cujos resultados serão apresentados em um relatório específico dessa ação (**Relatório 1**), permitindo a leitura individualizada por Tribunal e também para o seu conjunto.

Ao final dos estudos, as informações coletadas deverão ser disponibilizadas em um banco de dados do tipo Access.

2.2 DESEMPENHO E TENDÊNCIAS - VISÃO DE PÚBLICOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Membros



Conselheiros

Pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de Entrevista em Profundidade, sendo duas entrevistas por unidade amostral (considerar 33 Tribunais - 26 TCEs, 1 TC do Distrito Federal e 6 TCMs).

Em cada unidade serão entrevistados dois representantes, sendo obrigatória a entrevista com o Conselheiro Presidente (ou seu substituto no caso de eventual impossibilidade) e mais um conselheiro. Caso possível, será entrevistado pelo menos um Conselheiro oriundo da área técnica em cada unidade. - Total de 66 entrevistas

Auditores (Substitutos de Conselheiros)

Pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de Entrevista em Profundidade, sendo uma entrevista por unidade amostral (considerar 33 Tribunais - 26 TCEs, 1 TC do Distrito Federal e 6 TCMs).

Em cada unidade será entrevistado 1 (um) Auditor (Substituto de Conselheiro), de preferência o titular da unidade de coordenação da área, se existir. Total de 33 entrevistas.

Procuradores do Ministério Público de Contas

Pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de Entrevista em Profundidade, sendo uma entrevista com Procuradores do Ministério Público de Contas por unidade amostral (considerar 33 Tribunais - 26 TCEs, 1 TC do Distrito Federal e 6 TCMs).

Em cada unidade será entrevistado 1 (um) Procurador do Ministério Público de Contas, de preferência o titular da unidade de coordenação da área, se existir. Total de 33 entrevistas.

OBSERVAÇÕES

Será elaborado um roteiro para nortear as entrevistas com Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público de Contas, tendo como base o instrumento de coleta utilizado na pesquisa de 2002, a ser atualizado pela empresa de pesquisa contratada e submetido à aprovação do CONTRATANTE antes de sua aplicação.

Os resultados referentes às entrevistas em profundidade com Conselheiros, Auditores (substitutos de Conselheiros) e Procuradores do Ministério Público de Contas serão apresentados em um único relatório (**Relatório 2**), que contemplará a análise qualitativa com



abrangência nacional sobre a percepção desses três públicos em conjunto (Brasil) e para cada uma das 5 (cinco) regiões geográficas da federação; com a análise e discussão das divergências e similaridades identificadas.

2.2.2 Servidores

Este público serão submetido a duas pesquisas, uma de caráter quantitativo e outra qualitativa.

No primeiro caso deverá ser utilizada a técnica de Survey, que consiste na aplicação de questionários estruturados a uma amostra representativa da população pesquisada. Para isto serão entrevistados os servidores dos setores representativos dos Tribunais de Contas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal (a) do quadro permanente; b) cedidos ao Tribunal de Contas e c) comissionados). A análise enfocará o conjunto dos servidores dos Tribunais de Contas, bem como os resultados correspondentes a cada uma das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste) e para o Brasil, como um todo. O questionário será elaborado pela empresa de pesquisa contratada e será autoaplicado a uma amostra estimada em 1200 elementos que poderá ser submetida a ponderações.

No que tange à pesquisa qualitativa deste público-alvo, será utilizada a técnica de Grupo de Discussão (*Focus Group*), que consiste na reunião de aproximadamente 10 elementos por grupo. O roteiro que norteará essa ação de pesquisa será elaborado pela empresa contratada para a realização desses trabalhos e será conduzido por um moderador experiente nesse tipo de dinâmica. Serão realizados dois grupos de discussão (um de servidores da área meio e outro com servidores da área fim) em apenas 1 (uma) capital por cada região brasileira (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste). A capital que representará a região será escolhida por meio de sorteio. Total de 10 grupos de discussão.

Os resultados serão apresentados em um relatório específico para o público composto por servidores (**Relatório 3**), incluindo as análises das ações de pesquisa quantitativa e qualitativa com esse perfil. Os resultados deverão ser estratificados para as cinco regiões brasileiras e para o conjunto do Brasil.

3 REPRESENTATIVIDADE AMOSTRAL



Para efeito de análise e interpretação dos resultados, todos os estudos com as metodologias qualitativa e quantitativa propiciarão resultados representativos para o conjunto dos Tribunais de Contas do Brasil.

O estudo referido como 2.1 (Levantamento de Informações sobre os Tribunais de Contas) apresentará resultados representativos para cada um dos Tribunais de Contas investigados e o seu comparativo com a média nacional.

No caso dos demais estudos, além da leitura por Tribunal de contas, serão também apresentados resultados representativos para cada uma das regiões brasileiras (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Os dimensionamentos amostrais (quantidade de entrevistas em profundidade, de grupos e de questionários a serem aplicados) já estão determinados em cada uma das ações de pesquisas desenhadas neste Termo de Referência.

No caso das pesquisas quantitativas, a empresa contratada fará o detalhamento dos planos amostrais.

Na TAB. 1 são apresentadas as ações de pesquisa previstas e as respectivas representatividades amostrais.

TABELA 1
Quadro sintético das ações de pesquisa

RELATÓRIO	PÚBLICO	QUANTITATIVO DE ABORDAGENS	REPRESENTATIVIDADE AMOSTRAL
1	1.1 – Diretor Geral	33 Quest. autoaplicáveis	Leitura individualizada por Tribunal e também para o seu conjunto (Brasil)
2	1.2a – Conselheiros	66 Ent. em Profundidade	Leitura para o conjunto (Brasil), considerando as similaridades e divergências entre as cinco regiões
	1.2b – Auditores Substitutos de Conselheiros	33 Ent. em Profundidade	
	1.2c – Procuradores do Ministério Público de Contas	33 Ent. em Profundidade	
3	1.3a – Servidores (quanti)	1200 Quest. autoaplicáveis	Leitura para as cinco regiões e também para o Brasil
	1.3b – Servidores (quali)	10 Grupos de Discussão	Leitura para as cinco regiões e também para o Brasil



4 LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Para o cumprimento dos objetivos deste Termo de Referência, as linhas de investigação foram definidas no sentido de aferir os seguintes indicadores:

A – FINANÇAS (2011 e 2012)

A.1 – Execução do orçamento do Tribunal de Contas

A.2 – Participação da despesa total de pessoal na despesa total do Tribunal de Contas

A.3 – Índice de despesa total do Tribunal de Contas pelo montante auditado

A.4 – Orçamento total do Tribunal de Contas x Total dos orçamentos dos jurisdicionados

A.5 – Taxa de Sucesso no recolhimento de débitos e multas diretamente pelos Tribunais de Contas e via execução judiciária

A.6 – Benefícios (financeiros e não financeiros) decorrentes das ações do Tribunal de Contas (análise de atos de aposentadorias e pensões, de editais, de contratos, emissão de cautelares, etc.).

B – PROCESSOS (2011 e 2012)

B.1 – Índice de resposta do Tribunal de Contas às consultas a eles formuladas

B.2 – Índice de resolução, pelo Tribunal de Contas, das demandas dos cidadãos

B.3 – Tempo de resolução, pelo Tribunal de Contas, das demandas dos cidadãos

B.4 – Índice de apuração, pelo Tribunal de Contas, das denúncias recebidas

B.5 – Tempo de resolução, pelo Tribunal de Contas, das denúncias recebidas

B.6 – Índice de processos apreciados/julgados em relação aos servidores ativos

B.7 - Tempo médio de tramitação (entre autuação e decisão final) dos processos apreciados/julgados em 2006 (ou ano que se iniciou esse tipo de medição) e em 2011 e 2012, por modalidade/tipo.

B.8 – Participação das auditorias operacionais no total de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas

B.9 - Nº de processos apreciados/julgados (decisão final) pelo Tribunal de Contas em relação ao nº de processos autuados

B.10 – Nº de processos com análise de aspectos ambientais



C – PESSOAL (2011 e 2012)

C1- Participação dos servidores da área fim (instrução e julgamento) no total dos servidores do Tribunal de Contas

C.2 – Qualificação da força de trabalho (efetivos, requisitados, cedidos, terceirizados, comissionados etc.).

D – EDUCAÇÃO CORPORATIVA (2010, 2011 e 2012)

D.1 - Horas anuais de capacitação (por servidor), promovidas pelo Tribunal de Contas

D.2 - Total de dirigentes e servidores dos jurisdicionados capacitados pelo Tribunal de Contas

D.3 – Total de pessoas da sociedade capacitadas pelo Tribunal de Contas

E – INFORMÁTICA (2010, 2011 e 2012)

E.1 – Participação dos sistemas de TI existentes no Tribunal de Contas, dirigidos para a área fim, sobre o total de sistemas de TI existentes no Tribunal de Contas

E.2 – Percentual de processos de trabalho informatizados sobre o total de processos de trabalho existentes

E.3 – Quantidade de acessos à homepage

E.4 – Quantidade de acesso à homepage da ouvidoria em relação ao número de habitantes da jurisdição

ANEXO B – ESPECIFICAÇÃO (LOTE 2 – AMBIENTE EXTERNO)

1 PÚBLICO-ALVO

1.1) SOCIEDADE

1.1.1) População urbana;

1.1.2) Sociedade Civil Organizada;

1.1.3) Cidadãos atendidos diretamente pelos Tribunais de Contas

1.2) GESTORES DE RECURSOS PÚBLICOS:

1.2.1) Jurisdicionados;

1.2.2) Controle Interno.

1.3) PARCEIROS-CLIENTES:

1.3.1) Poder Legislativo Estadual e Municipal;

1.3.2) Poder Judiciário Estadual (Justiça Eleitoral e Varas da Fazenda Pública);

1.3.3) Ministério Público Estadual

1.3.4) Tribunal de Contas da União (Secex Estaduais)

1.3.5) Procuradoria Geral Estadual e Municipal

2 AÇÕES DE PESQUISA

2.1 SOCIEDADE

2.1.1 População urbana

Pesquisa quantitativa por meio de questionário estruturado a ser aplicado pessoalmente a uma amostra da população brasileira urbana com idade acima de 16 anos. A Amostra será selecionada em múltiplos estágios, sendo contemplados pelo menos três municípios em cada estado da federação (capital e 2 municípios do interior – 1 de médio porte e 1 de pequeno porte), com estratificação de cotas de acordo com dados censitários do IBGE (gênero, idade, escolaridade e renda familiar). A amostra está estimada em 810 casos, sendo passível de ponderação.

Os resultados serão apresentados em um relatório específico dessa ação – Relatório 1, cuja leitura deverá apresentar resultados significativos para o conjunto (Brasil).



2.1.2 Sociedade Civil Organizada

Pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de Entrevista em Profundidade, contemplando os seguintes segmentos:

Imprensa: Profissional de comunicação ligado a editoria de política e economia;

Academia: Professores e Pesquisadores em áreas relacionadas à atuação do Tribunal de Contas (ciências políticas, ciências econômicas, ciências contábeis, gestão pública, etc.). Para identificar os entrevistados do perfil **pesquisadores**, poderá ser consultado o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>), estruturado e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Associações de classe: Conselhos Profissionais das áreas de conhecimento mais correlatas com as atividades de controle externo público (Administração e Contabilidade), presidentes das seccionais da OAB, de Associações de Municípios, de Entidades de Classe de Parlamentares, de Magistrados, de Membros do Ministério Público e de Membros e Servidores dos Tribunais de Contas.

Conselhos de Políticas Públicas: membros representativos da sociedade

Terceiro setor: dirigentes de ONGs com atuação em defesa de bens públicos, dirigentes e/ou responsáveis pela administração de Organizações Sociais nos estados, etc.

Serão realizadas 10 (oito) entrevistas (2 por segmento) em cada uma das 5 (cinco) regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste). Os dados serão analisados considerando a abrangência nacional (não será feita análise regional). **Total de 50 Entrevistas em Profundidade.**

Os resultados do levantamento junto a Sociedade Civil Organizada serão apresentados em um relatório específico dessa ação – **Relatório 2**, consolidado para o conjunto (Brasil).

2.1.3 Cidadãos atendidos diretamente pelos Tribunais de Contas

Pesquisa quantitativa com abordagem por telefone junto aos cidadãos atendidos diretamente pelos Tribunais de Contas (denunciante e demandante dos serviços prestados pelas Ouvidorias ou pelas Unidades de Educação Corporativa que estabeleceu contato a partir do ano de 2010), sendo dez entrevistas por Tribunal de Contas. Para identificação do universo



deste perfil, o CONTRATANTE disponibilizará listagens contendo dados de contato com esse público. A distribuição das entrevistas será entre os Tribunais de Contas que tenham essas informações sistematizadas. Total de 198 entrevistas.

Os resultados da pesquisa quantitativa realizada com os cidadãos atendidos diretamente pelos Tribunais de Contas serão apresentados em um relatório específico dessa ação – **Relatório 3**. A leitura apresentará resultados significativos para o conjunto (Brasil).

2.2 GESTORES DE RECURSOS PÚBLICOS

2.2.1 Jurisdicionados

Pesquisa quantitativa por meio de questionário semiestruturado autoaplicável a uma amostra representativa do público. Serão entrevistados gestores, ordenadores de despesas e outros responsáveis pela aplicação de recursos públicos, sendo eles representantes dos jurisdicionados de entes públicos estaduais e municipais, além de outros perfis (Oscips, ONGs, OS, etc.). Serão realizadas 10 entrevistas para cada um dos Tribunais de Contas (considerar 33 Tribunais - 26 TCEs, 1 TC do Distrito Federal e 6 TCMs). Total de 330 entrevistas.

2.2.2 Controle Interno.

Pesquisa quantitativa por meio de questionário semiestruturado autoaplicável junto ao responsável pelo Controle Interno dos entes jurisdicionados públicos. A amostra será assim dividida: 1 (uma) entrevista com o controle interno em jurisdicionado estadual e 3 (três) com o controle interno em jurisdicionados municipais (capital, município de médio porte e município de pequeno porte). Nos municípios de médio e pequeno porte em que não houver o Controle Interno formalizado, poderão ser entrevistados perfis substitutos (contadores). Total de 132 entrevistas.

OBSERVAÇÕES

Os resultados da pesquisa com Jurisdicionados e Controle Interno serão apresentados em um relatório específico dessas ações – **Relatório 4**. A leitura apresentará resultados significativos para o conjunto (Brasil).

2.3 PARCEIROS-CLIENTES



2.3.1 Poder Legislativo Estadual e Municipal (deputados e vereadores).

Pesquisa quantitativa com a utilização de questionário semiestruturado a ser aplicado pessoalmente. A amostra deverá ter como unidade respondente os seguintes perfis:

Deputados estaduais: 1 (uma) entrevista com o Presidente da Assembleia Legislativa e 4 (quatro) entrevistas com demais deputados. Total de 5 (cinco) entrevistas por unidade da federação e o Distrito Federal. Total de 135 entrevistas.

Vereadores: 4 (quatro) vereadores atuantes nas capitais dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros. Nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, devido ao quantitativo de vereadores, serão realizadas mais 2 (duas) entrevistas em cada um. Total de 108 entrevistas.

2.3.2 Poder Judiciário Estadual

Pesquisa quantitativa com a utilização de questionário semiestruturado a ser aplicado pessoalmente junto ao 1 (um) Juiz do TRE e 1 (um) Juiz da vara de Justiça de Fazenda Pública de cada um dos 26 estados da federação e do Distrito Federal: Total de 54 entrevistas.

2.3.3 Ministério Público Estadual

Pesquisa quantitativa com a utilização de questionário semiestruturado a ser aplicado pessoalmente junto a 1 (um) Procurador Geral de Justiça e 2 (dois) Promotores de Justiça (um da capital e outro que atua em municípios do interior) de cada um dos 26 estados da federação e do Distrito Federal. Total de 81 entrevistas.

2.3.4 Tribunal de Contas da União (SECEX Estaduais)

Pesquisa quantitativa com a utilização de questionário semiestruturado a ser aplicado pessoalmente junto ao Secretário Estadual do Tribunal de Contas da União que responda pela SECEX nos 26 (vinte e seis) estados da federação. Total de 26 entrevistas.

2.3.5 Procuradoria Geral Estadual e Municipal (PGEs e PGMs)

Pesquisa quantitativa com a utilização de questionário semiestruturado a ser aplicado pessoalmente junto a 1 (um) Procurador de Estado e 1 (um) Procurador de Município



em cada um dos 26 estados da federação e também aplicado a 1 (um) Procurador do Distrito Federal. Total de 53 entrevistas.

OBSERVAÇÕES

Os resultados serão apresentados em um relatório específico dessa ação que abrangerá os cinco públicos definidos – **Relatório 5**. A leitura apresentará resultados significativos para o conjunto (Brasil).

3 REPRESENTATIVIDADE AMOSTRAL

Para efeito de análise e interpretação dos resultados, todos os estudos com as metodologias qualitativa e quantitativa propiciarão resultados representativos para o Brasil.

Os dimensionamentos amostrais (quantidade de entrevistas em profundidade, de grupos e de questionários a serem aplicados) já estão determinados em cada uma das ações de pesquisas desenhadas neste Termo de Referência.

No caso das pesquisas quantitativas, a empresa contratada fará o detalhamento dos planos amostrais.

Na TAB. 1 são sumarizadas as ações de pesquisa previstas e as respectivas representatividades amostrais.



TABELA 1
Quadro sintético das ações de pesquisa

RELATÓRIO	PÚBLICO	QUANTITATIVO DE ABORDAGENS	REPRESENTATIVIDADE AMOSTRAL
1	1.1.1 População urbana	810 Quest. presenciais	Leitura para o conjunto (Brasil)
2	1.1.2 Sociedade Civil Organizada	50 Ent.em Profundidade	Leitura para o conjunto (Brasil)
3	1.1.3 Cidadãos atendidos diretamente pelos Tribunais de Contas	198 Quest. por telefone	Leitura para o conjunto (Brasil)
4	1.2.1 Jurisdicionados	330 Quest. autoaplicáveis	Leitura para o conjunto (Brasil)
	1.2.2 Controle Interno	132 Quest. autoaplicáveis	
5	1.3.1 Poder Legislativo Estadual e Municipal	243 Quest. presenciais	Leitura para o conjunto (Brasil)
	1.3.2 Poder Judiciário Estadual	54 Quest. presenciais	
	1.3.3 Ministério Público Estadual	81 Quest. presenciais	
	1.3.4 Tribunal de Contas da União (SECEX Estaduais)	26 Quest. presenciais	
	1.3.5 Procuradoria Geral Estadual e Municipal	53 Quest. presenciais	

4 LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Para o cumprimento dos objetivos deste Termo de Referência as linhas de investigação foram definidas no sentido de aferir os seguintes indicadores:

A - CONHECIMENTO

A.1 - Índice de conhecimento da existência dos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade);

A.2 - Índice de conhecimento das atribuições/atividades Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade);

A.3 - Índice de consideração da necessidade da existência Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade);

B - DESEMPENHO



B.1 - Índice de avaliação do desempenho dos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes);

B.2 - Índice de avaliação dos serviços prestados pelos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes);

B.3 - Índice de impacto das decisões dos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais junto à sociedade (sociedade);

B.4 - Índice de impacto das decisões dos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais junto à gestão pública (sociedade e gestores de recursos públicos).

C - RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

C.1 - Índice de utilização (frequência) dos serviços prestados pelos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes);

C.2 - Índice de acessibilidade aos serviços prestados pelos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes);

C.3 - Índice de avaliação do atendimento pelos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes);

C.4 - Índice de avaliação do relacionamento dos Tribunais de Contas Estaduais, DF e Municipais (sociedade, gestores de recursos públicos e parceiros-clientes).